**O USO DA ESTRATÉGIA COOPERATIVA COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO NO OESTE PARANAENSE**

**Eje Temático: 2; 12**

**CLEIDSON RECH**

Graduado em Ciências Econômicas pela UNIOESTE/Campus Toledo.

E-mail: <cleidsonrech@hotmail.com>

**Valdir Antonio Galante**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo - PR.

E-mail: <valdir.galante@unioeste.br>

**Resumo:** O presente trabalho buscou analisar a estratégia cooperativa como caminho para o desenvolvimento da Região Oeste do Paraná, visando agregar valor à sua produção e aglutinar conhecimento e alternativas aos agentes locais, para estes serem protagonistas do desenvolvimento pessoal e regional. Dados relativos ao tema foram coletados em cooperativas, federações e outras fontes bibliográgficas e tratados com estatística descritiva, de modo a demonstrar a importância do cooperativismo na última década. Pode-se mencionar a crescente importância das cooperativas agropecuárias no estado e principalmente na Região Oeste. Seu papel na produção de riqueza, emprego, arrecadação tributária e atividade econômica são relevantes para a região. Contribuem para que o produtor rural supere progressivamente a condição de produtor de *commodities* e gere maior riqueza para a região onde vive, nao somente a riqueza financeira, caminho este que seria mais árduo de ser trilhado individualmente, dado a sua atividade principal, limitação de recursos financeiros e técnicos.

**Palavras-Chave:** Estratégia Cooperativa; Desenvolvimento regional; Agregação de Valor; Agentes Locais.

***Abstract:*** *The present work sought to analyze the cooperative strategy as a way for the development of the Western Region of Paraná, aiming to add value to its production and to bring together knowledge and alternatives to local agents, so that they are protagonists of personal and regional development. Data on the subject were collected in cooperatives, federations and other bibliographical sources and treated with descriptive statistics, in order to demonstrate the importance of cooperativism in the last decade. One can mention the growing importance of agricultural cooperatives in the state and especially in the Western Region. Its role in the production of wealth, employment, tax collection and economic activity are relevant to the region. They contribute to the fact that the rural producer progressively surpasses the condition of producer of commodities and generates greater wealth for the region where he lives, not only the financial wealth, a path that would be more difficult to be trod individually, given its main activity, resource limitation financial and technical.*

***Key-words:*** *Cooperative strategy; Regional development; Value aggregation; local agents.*

## 1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo a economia regional foi associada a fatores tangíveis como transporte, localização, sistemas de produção, dentre outros. Entretanto, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, a preocupação com o desenvolvimento econômico com foco na análise a partir de uma região recebeu maior atenção, em grande parte devido à dificuldade que muitos economistas tiveram em explicar desigualdades geradas por esse processo. Assim, novas concepções surgiram e uma forma de análise muito mais voltada para fatores como conhecimento, pesquisa e desenvolvimento emergiu. Ou seja, o estudo da economia regional e urbana obteve várias contribuições com o intuito de aperfeiçoar sua compreensão (HADDAD, 2009, p. 120).

Dessa forma, assume-se como ponto de partida que a economia e a sociedade atual são influenciadas, predominantemente, por atividades ou setores com alta dotação de conhecimento. Consequentemente, cresce a importância do capital intelectual e de seus efeitos no processo de criação, inovação e pesquisa. O capital humano, as habilidades regionais, o aproveitamento das especificidades regionais, juntamente com ações estratégicas do Estado e a atuação dos agentes locais na geração de riqueza, através da via associativa por exemplo, são fatores que influenciam as oportunidades de cada região na busca do desenvolvimento econômico em bases sustentáveis (HADDAD, 2009, p. 120).

Piacenti (2012, p. 38), ressalta que a Região Oeste do Paraná vem sendo capaz de contrabalancear as tendências de concentração econômica do estado em torno da capital Curitiba, utilizando-se de sua notável conjuntura no agronegócio. Sua participação tanto na produção, quanto na exportação de produtos primários vem ganhando destaque regional, estadual e nacionalmente há cerca de 20 anos. Tal aspecto é necessário, porém não suficiente na busca pelo desenvolvimento. Mesmo o progresso agrícola sendo interpretado por muitos como passo inicial na busca pelo desenvolvimento, é preciso que outras etapas sejam continuamente atingidas para que o desenvolvimento econômico seja alcançado.

Além da produção, as exportações costumam ser importantes para o progresso. Contudo, o processo de produção de itens exportáveis, para além do viés quantitativo, deve passar por processos que permitam a evolução de suas características, seja incorporando valor monetário, valores subjetivos, inerentes à cultura e a região, sejam quaisquer outras características tangíveis ou intangíveis que permitam conquistar novos consumidores e seus desejos. Todavia apesar dessa participação dos países ou regiões no comércio exterior trazerem benefícios, o comércio internacional pode ser mau negócio a longo prazo para países em desenvolvimento caso a vantagem comparativa existente seja em produtos agrícolas, que possuem baixo valor agregado. Não se pode voltar à era mercantilista, onde basicamente se abasteciam os países desenvolvidos com matéria-prima para manufaturas. Segundo Prebisch (1949, p. 49) “a solução não está em crescer à custa do comércio exterior e, sim, em saber extrair, de um comércio exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico”.

Nesse sentido, a adição de elementos culturais e geográficos são muito importantes, pois caracterizam um diferencial na agregação de valor. Moreno (2008) ressalta que produtos com denominação de origem protegida, ou indicação geográfica protegida, atendem a um nicho de consumidores altamente exigentes e dispostos a pagar o preço justo pelo produto, devido às características exclusivas. Sob tal perspectiva, a produção de bens com elementos culturais e geográficos da região propiciam melhor estabilidade à pauta exportadora, uma vez que estão menos sujeitos à concorrência.

A transformação de *commodities* em produtos manufaturados surge como uma opção interessante a fim de minimizar a dependência das exportações primárias. O tipo de especialização produtiva é de extrema importância na trajetória para o desenvolvimento econômico. Maior complexidade e sofisticação dos bens, e/ou identidade própria local, aumentam a receita oriunda das vendas, tanto em mercado externo quanto interno, permitindo a articulação dos elos entre as várias atividades que integram a estrutura de determinada economia, dinamizando suas cadeias produtivas, dada a maior complexidade e volume de recursos humanos e materiais envolvidos.

Todavia, para que isso ocorra, surge a necessidade de investimentos em diversos níveis, desde o crescimento da consciência local, empoderamento, capital social, capital territorial, até a expansão da base produtiva local. A potencialização e aglutinação destas características pode ser capitaneada por investidores nativos e/ou não nativos. Porém, há razões adicionais para que os nativos o façam, dada a conexão com a produção de matérias-primas, laços culturais e afetivos, sentimento de pertencimento ou interesses em produzir com destino aos descendentes, por exemplo. Ostrom (1995) *apud* Flores (2006, p. 5), define o *know-how* e o conhecimento local, juntamente com a capacidade dos atores locais em promover desenvolvimento endógeno como capital cultural e social, sendo este o responsável pelo estabelecimento do potencial de desenvolvimento do território.

Contudo, mesmo havendo engajamento local para investimentos, muitos esbarram na falta de recurso, incapacidade técnica, conflito de interesses ou medo. Limitações como falta de recursos, medo ou outras limitações individuais podem ser superadas via conjugação com outras pessoas nas proximidades. Em outras palavras, limitações individuais podem ser contornadas pela via associativa. Segundo Sales (2010, p. 24), “o cooperativismo é uma forma de somar capacidade dentro de um mundo de concorrência”. Mas não somente. O cooperativismo é uma forma de organização associativa, assim como as sociedades anônimas também o são. Contudo, conforme Abreu *et al.* (2008, p. 74):

A cooperativa é uma das formas avançadas de organização da sociedade civil, pois proporciona o desenvolvimento socioeconômico aos seus integrantes e à comunidade. Assim, resgatando a cidadania dos mesmos, mediante o exercício da democracia, da liberdade e autonomia, no processo de organização da economia e do trabalho, tendo como principais beneficiários produtores/trabalhadores, organizações associativistas de produtores rurais e suas entidades representativas e cooperativas em geral (ABREU *et al.,* 2008, p. 74).

O mercado atual está dominado pela lógica do capital e não pelas necessidades, interesses, desejos e criatividade dos homens. No mercado capitalista, o trabalho humano é subjugado ao capital, como é o caso das sociedades anônimas. No mercado da economia cooperativa o homem é estimulado à criatividade, à criação de bens e riquezas que são distribuídas de acordo com o seu trabalho. A estratégia cooperativa busca fundamentar os princípios da organização cooperativa do trabalho, como mecanismo de produção e distribuição de riquezas, na concepção de ser humano como ator social cooperativo, nesse sentido torna-se melhor opção (FRANTZ, 2012, p. 32).

Assim, a presente pesquisa buscou analisar se o cooperativismo influencia positivamente o desenvolvimento econômico da região oeste paranaense. Especificamente, buscou analisar a relevância socioeconômica da transformação local de matéria-prima; demonstrar as deficiências do modelo exportador primário e; analisar estratégias cooperativas de sucesso no desenvolvimento regional.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA

O entendimento do conceito de desenvolvimento alterou-se de modo expressivo no último século, desde percepções essencialmente quantitativas e análogas ao crescimento nominal do produto, até o entendimento moderno, no qual uma série de aspectos subjetivos relacionados às pessoas, à cultura e ao ambiente precisam ser considerados.

A análise do desenvolvimento regional é um processo multifacetado e requer uma abordagem interdisciplinar, na qual devem ser envolvidas várias áreas disciplinares, como sociologia, economia e antropologia. O conhecimento das teorias que deram sustentação a analise regional é de suma importância para tornar possível esclarecer suas possibilidades, contribuições e limitações (LIBERATO, 2008, p. 127).

Desde a segunda metade do século XX várias teorias voltadas para a análise regional surgiram. Duas linhas principais de raciocínio nortearam os estudos até a década de 1980: os modelos de localização e as teorias do desenvolvimento regional.

2.1. TEORIAS DE LOCALIZAÇÃO: APONTAMENTOS

Em se tratando dos modelos de localização ganharam destaque os modelos de Von Thunen, Alfred Weber, Walter Christaller, August Losch e Walter Isard. Em todas as análises desenvolvidas por esses autores há um consenso sobre a importância fundamental dos custos de transporte com o objetivo de determinar a localização do empreendimento (LIBERATO, 2008, p. 128). Contudo, há diferenças importantes em suas contribuições.

Conforme Cruz *et al.* (2011), Von Thunen tentou explicar o padrão das atividades agrícolas em torno das cidades na Alemanha pré-industrial. Segundo ele, o preço da terra e o uso do solo variavam em diferentes locais, dependendo das características. A característica mais importante para a maioria dos teóricos locacionais é o diferencial transporte/custo entre os locais. Nesse contexto, a agregação de valor necessária à diversificação e complexibilização da base exportadora da região, é uma forma de relativizar o custo de transporte entre os locais. No modelo de Von Thunen a terra é homogênea sob todos os aspectos, exceto por uma cidade-mercado onde ocorrem todas as transações relacionadas a produtos agrícolas. Ao alocar um alqueire de terra perto da cidade para o cultivo de determinada cultura, todos os outros custos de produção das outras culturas serão indiretamente afetados, pois elas são forçadas a serem cultivadas mais longe. Dessa maneira, não é fácil determinar qual cultura será plantada e onde, e fica evidente como um mercado de terras competitivo pode estruturar o uso do solo.

Na primeira metade do século XX, Weber tentou explicar as razões da localização industrial, dando ênfase ao papel dos custos de transporte de matérias-primas e produtos acabados, de acordo com o posicionamento dos mercados consumidores (LIBERATO, 2008, p. 128). De acordo com Gotardo (2016, p. 17), Weber definiu três fatores cruciais para decidir o local onde a firma se estabeleceria. Esses fatores são o ponto ideal onde os custos de trabalho, de transporte, tanto na distribuição do produto final quanto dos insumos utilizados na produção, são mínimos. O autor considera também custos aglomerativos, os quais referem-se à concentração empresarial em determinado espaço e a força de atração causada por essas firmas devido ás externalidades oriundas da concentração. Mão de obra qualificada e serviços especializados podem ser considerados como exemplos dessas externalidades positivas. Por outro lado, os fatores desaglomerativos surgem devido à deseconomias de escala, podendo ocasionar no aumento do preço dos terrenos e aumento dos impostos por exemplo.

Em 1933 houve contribuição importante aos estudos locacionais, a Teoria dos Lugares Centrais de Walter Christaller. Nesta buscou-se determinar o formato de áreas de mercado onde todos os consumidores fossem atendidos à distância mínima. Para isso, acreditava na aproximação das empresas para atender os clientes e, com isso, surgiriam fronteiras lineares e o território seria coberto por ladrilhos hexagonais. Esses ladrilhos permitiam o cumprimento de três princípios fundamentais apontados por ele para definir o padrão ocupacional do espaço. A minimização do número de centros, a minimização do custo de transporte para os consumidores e a minimização das áreas que são compartilhadas por mais de um ofertante (CRUZ, *et al.,* 2011, p. 56, 59).

Com objetivos semelhantes aos de Christaller, August Losch propunha uma hierarquia entre as áreas de mercado. Seu principal avanço foi a elaboração de um modelo com micro fundamentos semelhante ao de Christaller. O modelo de Losch pressupõe um monopolista atuando em um mercado com consumidores bem distribuídos no espaço e um produto vendido que possui alguma elasticidade-preço (CRUZ, *et al.,* 2011, p. 60 e 63).

De acordo com Liberato (2008, p. 128), outra contribuição para a teoria da localização veio de Walter Isard. Ele integrou o modelo de Von Thunen com a microeconomia. Possibilitou equacionar a questão locacional através do conceito de insumos de transporte, apontando o efeito da distância sobre as interações espaciais. Para Cruz *et al,* (2011, p. 63), Isard percebeu a necessidade de incorporar novas disciplinas à análise de localização e propôs uma nova linha de pensamento que ficou conhecida como ciência regional.

2.2. TEORIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL: APONTAMENTOS

A partir da década de 1950, teorias de desenvolvimento regional, começaram a ser desenvolvidas, principalmente para tentar solucionar o mistério do porque as regiões não se desenvolviam da mesma forma e ao mesmo tempo. Pode-se destacar os polos de crescimento de Perroux, a causação circular e acumulativa de Gunar Myrdal, os efeitos para trás e para frente de Albert Hirschman, a teoria da base exportadora de Douglas North e a teoria do centro-periferia de Friedmann como as principais. Pós 1970, algumas teorias também surgiram, com um novo enfoque, a condição da dinâmica interna como pressuposto para o desenvolvimento. Dentre elas destaca-se a teoria do crescimento endógeno.

A teoria dos polos de crescimento/desenvolvimento de François Perroux indica a existência de um centro dinâmico e uma pequena periferia ao redor desse centro. Essa periferia possui características diferentes das encontradas no centro dinâmico e a relação que ocorre entre as duas partes é de dependência das “cidades satélites” da chamada “indústria motriz”, situada ao centro (ALVES, 2016, p. 10).

Conforme Liberato (2008, p. 130), a teoria dos polos de crescimento/desenvolvimento de Perroux dá atenção aos processos de acumulação e de localização, gerados pela interdependência do tipo *input/output* ao redor da indústria inovadora, ou seja, as indústrias e projetos dinâmicos que se aglomeram em determinada área tem influência sobre as áreas de maior proximidade e não sobre todo o conjunto da economia.

Perroux argumenta que haveria quatro diferentes formas de polarização por parte das indústrias motrizes. A polarização técnica, a polarização econômica, e polarização psicológica e a polarização geográfica. A polarização técnica diz respeito aos efeitos de encadeamento entre a indústria central e inovadora e as que “gravitariam” ao seu redor. A polarização econômica decorre da geração de emprego e renda proporcionada pela indústria motriz. A polarização psicológica seriam os investimentos relacionados ao clima de otimismo gerado pelo bom desempenho da indústria central. E a polarização geográfica diz respeito à minimização dos custos de transporte e à criação de economias de aglomeração causadas pelos impactos nos sistemas urbanos do desenvolvimento da cidade onde se localiza a indústria motriz (PERROUX, 1955 *apud* CRUZ *et al.*, p. 65).

Em 1957 Myrdal propôs em sua teoria da causação circular acumulativa, que o sistema local não se move espontaneamente. A partir de uma aglomeração inicial, uma região onde existisse economia de escala e desenvolvimento tecnológico atrairia novos recursos, fazendo com que essa região se desenvolvesse ainda mais, perpetuando a desigualdade (LIBERATO, 2008, p. 130). De acordo com Alves (2016, p. 5), Myrdal argumentava que a mobilidade dos fatores produtivos geraria efeitos perversos de desenvolvimento ou, desequilíbrios espaciais cumulativos. Seu modelo explicativo se baseia no efeito polarizador que as regiões mais ricas exercem sobre as mais pobres, principalmente se tratando da remuneração superior aos fatores trabalho e capital humano de que as regiões mais desenvolvidas dispõem. Na região dinâmica, os serviços públicos de educação e saúde seriam de melhor qualidade, ampliando o estoque de capital humano. Os valores culturais dominantes das regiões pobres seriam mantidos, enquanto a região moderna seguiria sua trajetória de modernização, o que a tornaria mais atraente para os novos investidores (CRUZ *et al.,* 2011, p. 69).

Em 1961 Hirschman desenvolve sua teoria dos efeitos para frente e para trás. Ao contrário de Myrdal, que apontava a desigualdade como um problema, Hirschman considerava-a quase como um pré-requisito no processo de desenvolvimento, no qual o crescimento econômico seria alcançado por meio de sucessivos desequilíbrios e que esses seriam a forma de as economias potencializarem seus recursos escassos. Hirschman também identificava que, se houvesse complementariedade entre as áreas, a dinâmica poderia reduzir o desemprego da região pobre por meio do aumento das exportações e que ocorreria uma tendência de migração seletiva em direção à região mais dinâmica, efeitos positivo e negativo respectivamente (ALVES, 2016, p. 6).

Hirschman discute a questão regional usando os conceitos de efeitos para frente e para trás. Ambos (principalmente os efeitos para trás) tratam da questão das economias de escala necessárias para viabilizar empreendimentos em determinadas regiões. Os efeitos para trás são a forma que Hirschman encontrou para demonstrar externalidades decorrentes da implantação de indústrias, que, ao aumentarem a demanda por insumos no setor a montante, viabilizariam suas escalas mínimas de produção na região determinada. Os efeitos para frente resultariam da oferta de insumos, que tornaria viáveis os setores a jusante (CRUZ *et al.,* 2011, p. 71).

Posteriormente, em 1977, Douglas North elaborou a teoria da base de exportação. Nela, o autor defendia a capacidade da economia regional colocar seus produtos nos mercados inter-regional e internacional, como forma de elevação da renda da região e, consequentemente, a promoção de seu desenvolvimento. Conforme Alves (2016, p. 1), essa teoria utiliza a ênfase keynesiana sobre a demanda, onde as diferenças no crescimento regional são explicadas pelas diferenças regionais no crescimento do montante de bens e serviços que são vendidos para fora da região. É a procura externa da produção da região que determina a taxa de crescimento regional e são os efeitos multiplicadores da própria base de exportação que indica o nível de desenvolvimento que cada região conseguirá.

Quatro anos após a publicação de sua principal obra, North revê seus argumentos e questiona a exportação de produtos agrícolas como uma forma inequívoca de alavancar o desenvolvimento regional. Caso a atividade primária seja baseada em grandes propriedades, seus efeitos econômicos sobre a região serão limitados. Perfis de demanda concentrados levariam, de um lado, à produção de bens de subsistência para os mais pobres, e do outro, à importação de bens de consumo de luxo para a elite. Isso restringiria a produção de manufaturados, abortando mais cedo ou mais tarde o crescimento da região a partir do surgimento de retornos decrescentes (CRUZ *et al,* 2011, p. 72).

Em 1969 Friedmann desenvolve a teoria do centro-periferia. Nela o pressuposto é de que o centro é o *locus* do poder de comando. Ele controla o excedente das cadeias produtivas e a produção e difusão de novas tecnologias, enquanto a periferia é dependente da tecnologia externa e subordinada pela apropriação do excedente econômico (LIBERATO, 2008, p. 131).

Posteriormente a década de 1970, em contraposição às correntes neoclássicas de desenvolvimento regional e verificando dificuldades empíricas e insuficiências teóricas, foi proposta a teoria do desenvolvimento endógeno. Esta, ao invés de denotar a ideia de uma força motriz de caráter exógeno capaz de influenciar, através de encadeamentos, as demais atividades econômicas como nas teorias clássicas de desenvolvimento regional (teoria da base de exportação, teoria dos polos de crescimento, os efeitos para trás e para frente, causação circular acumulativa), dá ênfase a fatores internos da região, capazes de transformar um impulso externo de crescimento econômico em desenvolvimento para toda sociedade. É o chamado paradigma “desde baixo” (OLIVEIRA; LIMA, 2003, p. 30). Para Amaral Filho (2001, p. 262), o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção e da capacidade de absorção da região, cuja compensação é a retenção do excedente gerado e a atração de excedentes provenientes de outras regiões, resultando na ampliação do produto, do emprego e da renda locais.

A contribuição da teoria endogenista foi identificar que, quanto mais fatores de produção atualmente decisivos, como capital social, capital humano, o conhecimento, pesquisa e desenvolvimento e informação cada região dispunha ou (detinha boas estratégias para desenvolvê-los internamente), mais chances de alcançar o desenvolvimento sustentado possuía essa região (AMARAL FILHO, 2002).

2.3. TEORIA DO CAPITAL HUMANO

O capital humano é uma das ferramentas essenciais quando se visa transformar crescimento de curto prazo em desenvolvimento endógeno sustentável. Para tal, de acordo com Schultz (1967), deve haver investimento no ser humano por meio da educação. Contudo, nunca se esquecendo de investimentos em saneamento básico, combate a doenças, água tratada, dentre outros. Ele explica o significado da educação mencionando que sua caracterização se dá por meio do aprendizado e do ensino, e sugerindo que o significado decorre da extração do potencial latente de uma pessoa, afim de aperfeiçoá-la mental e moralmente, ampliando sua capacidade de escolhas individuais e sociais, lapidando-a para uma profissão e exercitando-a na formação de habilidades.

Como aponta Haddad (2009, p. 120), o capital humano e as habilidades de um país ou região determinam o seu crescimento econômico no longo prazo e suas chances de transformar esse crescimento em desenvolvimento econômico sustentável. Boisier (1992) sugere que o processo de desenvolvimento sustentável de uma região, depende, fundamentalmente da sua capacidade de organização social e política, que se associa ao aumento da autonomia local na tomada de decisões, ao aumento da capacidade para reinvestir o excedente econômico gerado, a um crescente processo de inclusão social, e a um processo permanente de conservação do meio ambiente.

Para Becker (2007) o investimento em educação contribui para o crescimento econômico, melhora os rendimentos individuais e tem efeitos satisfatórios sobre a formação das famílias e saúde. Os benefícios advindos do aumento de capital humano estão no aumento do bem estar, na capacidade empreendedora, no ajuste aos equilíbrios inerentes ao processo de modernização, na aquisição de informações e nos ganhos em satisfação (SCHULTZ, 1987).

2.4. TEORIA DO CAPITAL SOCIAL

De acordo com Piacenti (2012, p. 82), não existe uma definição exata do termo capital social. Mas indicadores associados a vários exemplos dos seus atributos englobam tanto variáveis estruturais quanto atitudinais, que resultam em formação de redes de cooperação visando a produção de bens coletivos e a capacidade de estabelecer laços de confiança interpessoal. Para Fukuyama (1999), o capital social é produto espontâneo dos jogos repetidos do dilema do prisioneiro. Na primeira tentativa não há possibilidade de obter cooperação, mas se o jogo é repetido, a simples estratégia de pagar com a mesma moeda, conduz os dois jogadores a cooperação.

Barquero (2001) menciona que o capital social é o processo e o instrumento de empoderamento do cidadão e que pode modificar as relações pessoais e os intercâmbios sociais que gerem redes de cooperação. Dessa forma, o aumento dos índices de capital social de determinada região pode ter efeitos positivos devido ao seu impacto na democracia e desenvolvimento socioeconômico.

A confiança deixa as relações sociais mais previsíveis, gerando cooperação. Esta, por sua vez, alimenta a confiança e a reciprocidade entre os membros das associações e incrementa a participação nas associações voluntárias (PIACENTI, 2012, p. 85).

2.5. ESPECIFICIDADES DA ESTRATÉGIA COOPERATIVA

Historicamente, a estratégia cooperativa esteve diretamente ligada a momentos onde os seres humanos estiveram diante de dificuldades na luta pela produção de bens (FRANTZ, 2012, p. 11). Essa luta fez brotar a vontade de sair do momento ao qual se encontravam. Nesse contexto surgiu à primeira cooperativa no mundo, em pleno a Revolução Industrial. Teve início em Rochdale, em 1844, com base no sentimento de cooperação e mutualidade pregados por Robert Owen e Fourier, colocaram em funcionamento um empreendimento que a história registra como o marco inicial do cooperativismo (SALES, 2010, p. 28). No Brasil a primeira experiência cooperativa segundo Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) (2018) foi em “1889, em Minas Gerais, com a fundação da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, cujo foco era o consumo de produtos agrícolas”.

Ambos os casos podem ser entendidos como movimentos sociais que procuraram, através da iniciativa associativa, fugir da opressão social resultante de um determinado período histórico ou de um determinado sistema.

Diante desse breve contexto histórico surge a necessidade de uma definição do termo propriamente dito, a fim de relacioná-lo melhor com as considerações posteriores do trabalho. Por conseguinte, conforme SEBRAE (2017, p. 01) “Cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade”. Segundo Pinho (1976, p. 11), na tentativa de sistematização, conceitua-se como sociedade de pessoas, dirigidas e constituídas pelos usuários- associados-empresários, em bases rochdaleanas, com o fim de prestar serviços a si próprios e a comunidade.

Basicamente, o que se almeja ao organizar uma cooperativa é a busca de solução de problemas ou satisfação de necessidades comuns, que excedam a capacidade de realizar individualmente. Existem ainda diferenças na forma de propriedade e de controle, e na distribuição dos lucros por ela gerados e vários ramos de cooperativas para viabilizar negócios em diversos campos de atuação. (SEBRAE, 2009, p. 9).

Tratado como o ouro verde do Brasil, o ramo agropecuário é um dos destaques em geração de renda, trabalho e na produção do país. Em 2018, detinha mais de 188 mil empregados, 1.016.606 associados e 1555 cooperativas. Essas organizações têm investido fortemente na ampliação e modernização das técnicas de plantio, comercialização e agroindustrialização das principais matérias-primas do país (OCB, 2018).

**2.6. REGIÃO OESTE: PRODUÇÃO**

A Região Oeste paranaense é formada por cinquenta municípios, possui 1.245.391 habitantes representando 12% da participação do estado. Essa região tem sido capaz de contrabalancear as tendências de concentração econômica e populacional da região metropolitana de Curitiba. Essa dinâmica está associada à operação de um complexo agroindustrial moderno e competitivo, tendo o agronegócio cooperativo como base do atual destaque no setor primário estadual (PIACENTI, 2012, p. 38). Nesse contexto, a participação das cadeias produtivas do Oeste Paranaense, principalmente com relação a *commodities* é expressiva dentro do estado e do país.

De acordo com dados da Itaipu, na região Oeste do Paraná, as 14 cooperativas existentes até o momento cresceram 19,5% em 2015, com faturamento total de R$18,6 bilhões. Juntas, essas instituições representam 48% do PIB do cooperativismo paranaense e metade dos postos de trabalhos regionais. Desde o surgimento do cooperativismo no Paraná, em 1829, o movimento só aumentou. Atualmente são 220 cooperativas, distribuídas em dez diferentes ramos, das quais 48 estão localizadas no Oeste do Paraná (ITAIPU, 2016).

Boa parte do montante de produtos primários e de alimentos processados a partir destes, passam em alguma etapa do processo por alguma cooperativa. Nas exportações em 2016, o Oeste paranaense foi responsável por 9% (US$1,4 bilhões) das exportações do estado (US$39,3 bilhões). Nas exportações de cooperativas a região oeste foi responsável por U$ 216,6 milhões ou 11% das exportações totais do Paraná (US$ 2,3 bilhões).

## 3. MATERIAS E MÉTODOS

O presente trabalho utilizou-se de fontes secundárias, constituídas de livros, revistas, jornais, boletins, textos acadêmicos, internet, publicações de cooperativas e federações cooperativas e fontes públicas. A pesquisa é descritiva e os dados foram tratados e expostos na forma de gráficos, tabelas, quadros a fim de demonstrar o fenômeno estudado e estabelecer a interação com a bibliografia. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 51) (GIL, 2002, p. 44).

Como área geográfica da pesquisa, tem-se o estado do Paraná e especificamente a Regiao Oeste do estado, o qual constitui o foco de análise. O recorte temporal foi de 2008 a 2017, com algumas flutuações em decorrência da disponibilidade de dados.

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O setor cooperativo como um todo, ou seja, aglutinando todos os treze ramos de atividade, apresenta números expressivos no estado do Paraná. Na figura 1, tem-se o faturamento do setor no período que compreende 2008 até 2017. Percebe-se que houve considerável expansao, partindo de cerca de R$ 26 para mais de R$70 milhões de reais de faturamentoem uma década (cerca de 172% de aumento).

Dentre as razões que podem explicar tal crescimento do faturamento, tem-se o aumento do número de membros do setor cooperativo. A figura 2 demonstra a evolução no número de cooperados no setor no período que compreende 2008 a 2017, de partiu de cerca de 500 mil para mais de 1,5 milhao de pessoas, com crescimento de 195%, sugerindo a atratividade deste ramo vem recebendo ao longo dos anos.

Figura 1 – Faturamento do Cooperativismo Paranaense no decênio 2008-2017 (R$ bilhões)



Fonte: Dados do Sistema Ocepar (2018).

Figura 2 – Evolução do número de cooperados no setor cooperativo paranaense (2008-2017) (em 1000 cooperados)



Fonte: Dados de Sistema Ocepar (2018).

Do mesmo modo como o faturamento e o montante de associados cresceu, também a equipe que opera a atividade cooperativa evoluiu no período. A figura 3 apresenta os dados para o período de 2008 a 2017 em relação ao número de colaboradores, um aumento de 79%, mostrando a capacidade do setor na criação de renda, através da geração de empregos e consumo.

Assm como o faturamento, a evolução das exportações relacionadas às cooperativas no período que compreende 2008 à 2017, cresceu expressivamente. De 2008 até 2017 creceram mais de 80%, de US$ 1442 para US$ 2600 milhoes de dólares. Tal dinâmica possibilita, além de acrescer o valor da produao agropecuária, a geração de divisas ao país. (Figura 4).

Figura 3 – Evolução no número de colaboradores no setor cooperativo paranaense (2008-2017)



Fonte: Dados do Sistema Ocepar (2018).

Figura 4 – Evolução das exportações cooperativas paranaenses (2008/2017) (em US$ milhões)



Fonte: Dados do Sistema Ocepar (2018).

De acordo com Sistema Nacional de Agricultura (2017), em 2016 cerca de 80% de todo montante exportado pelo estado, foi representado pelo agronegócio. Segundo Ocepar (2016), o complexo soja com 39%, as carnes com 24% e os produtos florestais com 16%, lideram a participação nas exportações do agronegócio Paranaense, em 2016.

Além dos ganhos diretos às cooperativas e cooperados, é relevante que a sociedade também possa obter vantagens no processo. Uma forma é a arecadação de tributos pelo setor, o qual viabiliza ao estado a oferta de bens e serviços à sociedade, como melhorias em logística, infraestrutura e educação e de investimentos, tanto na esfera estadual quanto na federal. A evolução no recolhimento de impostos no período que compreende 2008 a 2017, crescendo de cerca de R$1bilhão para cerca de R$2 bilhões de reais no período.

Investimentos são fundamentais para qualificar e elevar o volume da atividade do setor. Neste quesito, a figura 5 mostra os valores do ramo cooperativista no Estado. No período de 2008 a 2017 houve aumento de 68%, de R$ 1,2 bilhão para mais de R$ 2,1 bilhões de reais.

Figura 5 – Investimentos Efetuados pelo Setor Cooperativista no Estado (2008-2017) (em R$ milhões)



Fonte: Dados do Sistema Ocepar (2018).

No que diz respeito aos postos de trabalho, a figura 6 demonstra a evolução no número de postos de trabalho gerados pelas cooperativas do Paraná no período de 2008 até 2017, um aumento de 216%. Isto se deve, dentre outros fatores, às vantagens da participação dos colaboradores e cooperados diretamente na vida financeira da empresa.

Figura 6 – Quantitativo de postos de trabalho no setor cooperativo paranaense (2008-2017)



Fonte: Dados do Sistema Ocepar (2018).

No contexto estadual, a participação das cooperativas é expressiva no recebimento de soja, milho, trigo, café, entre outros, quanto no processamento desses produtos e nas exportações. No quadro 1, verifica-se a participação das cooperativas estaduais em atividades relacionadas à produção e beneficiamento no estado.

A participação das cooperativas no recebimento e processamento da produção agropecuária na safra 2015 no Paraná apresenta os seguintes volumes e participação relativa: fabricação de ração (50%), beneficiamento de leite, derivados lácteos e leite em pó com 53%, 67% e 67% respectivamente, suínos (57%), algodão (45%) e malte de cevada (100%). (Gráfico 8).

A participação das cooperativas no PIB agropecuário paranaense oscila em patamares acima de 50% do total, chegando a quase 60% no ano de 2017 (figura 7). Além da elevada participação, percebe-se tendência de crescimento da parcela do setor.

Quadro 1 - Participação das Cooperativas nas Atividades Relacionadas à Produção/Beneficiamento Ano 2015

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Setor Agroindustrial** | **Capacidade Total do Paraná** | **Capacidade das Cooperativas** | **Participação das Cooperativas (%)** |
| Rações (t/d) | 40.000 | 20.000 | 50 |
| **Leite** |
| Usina Benef. (l/d) | 9.500.000 | 5.000.000 | 53 |
| Der. Lácteos (t/a) | 600.000 | 400.000 | 67 |
| Leite em pó (t/a) | 30.000 | 20.000 | 67 |
| **Carnes** |
| Suínos (cab/d) | 22.000 | 12.500 | 57 |
| Aves (cab/d) | 5.500.000 | 2.050.000 | 37 |
| Bovinos (cab/d) | 5.000 | 1.000 | 20 |
| **Fiações** |
| Algodão (t/a) | 80.000 | 36.000 | 45 |
| Malte de cevada (t/a) | 350.000 | 350.000 | 100 |
| Trigo (t/d) | 9.500 | 2.500 | 26 |
| Milho (t/d) | 3.500 | 800 | 23 |
| **Mandioca** |
| Fécula (t/d) | 4.600 | 1.500 | 33 |
| Oleaginosas |
| Esmag. Soja (t/d) | 35.750 | 13.700 | 38 |
| Refino/óleo (t/d) | 4.000 | 1.160 | 29 |
| **Cana** |
| Açúcar (t/a) | 3.100.000 | 150.000 | 5 |
| Álcool (l/a) | 2.500.000.000 | 450.000 | 18 |
| **Café** |
| Torrefação (t/d) | 500 | 50 | 10 |

Fonte: Elaborado pelo autor com base em dados da OCEPAR (2018).

Nota: t/d: tonelada/dia, l/d: litro/dia, t/a: tonelada/ano, cab/d: cabeça/dia, l/a: litro/ano.

Figura 7 – Participação das Cooperativas no PIB agropecuário no Paraná (em%)



Fonte: Ocepar (2018).

No Paraná existem 69 cooperativas agropecuárias com faturamento equivalendo a 16% do PIB total e participação na produção agropecuária de 58%, faturamento estimado em R$ 70 bilhões de reais, exportações estimadas em R$7,3 bilhões, exportando para 100 países aproximadamente (OCEPAR, 2018). Parte dessa representatividade pode ser encontrada na Região Oeste, onde suas cooperativas atuam, em sua maioria, no setor agropecuário.

No quadro 2, o faturamento das principais cooperativas agropecuárias do Paraná em 2016, na qual a Coamo é a maior expoente.

Quadro 2 – Faturamento das Principais Cooperativas agropecuárias do Paraná em 2016 (R$ bilhões)

|  |  |
| --- | --- |
| **COOPERATIVA** | **FATURAMENTO**  |
| Coamo | 10,80 |
| C-vale | 6,80 |
| Lar | 4,80 |
| Cocamar | 3,60 |
| Copacol | 3,20 |
| Castrolanda | 2,80 |
| Agrária | 2,70 |
| Integrada | 2,70 |
| Frísia | 2,30 |
| Coasul | 1,50 |
| Coopavel | 2,10 |
| Primato | 0,45 |

Fonte: A partir de dados do OESTE EM DESENVOLVIMENTO (2018).

Das 15 maiores cooperativas agroindustriais em faturamento do Paraná, em 2016, 6 são do oeste paranaense. Copacol, Copagril, C-Vale, Lar, Primato e Coopavel, e predominantemente do setor agroindustrial (OESTE EM DESENVOLVIMENTO, 2018).

4.1. PECULIARIDADES DO MODELO COOPERATIVISTA

Do ponto de vista de vantagens das cooperativas em relação a empresas mercantis, logo se pensa em benefícios fiscais. Entretanto essa talvez seja uma questão onde não há diferenças significativas. A diferença principal se dá no que diz respeito ao trabalho do cooperado. Quando executado através da cooperativa, este não gera vínculo empregatício com a mesma, e os produtos dos associados entregues às cooperativas, também não geram tributação. Contudo, na hora da venda da mercadoria ao consumidor, ou o trabalho da empresa, se verifica a incidência de impostos (SEBRAE, 2009, p. 20; Alves, 2011).

As diferenças são significativas do ponto de vista organizacional, e poderiam ser utilizados como força motriz em um possível cenário onde a participação do agente local aconteceria de maneira decisiva no desenvolvimento local sustentável.

4.2. COMPLEXIBILIZAÇÃO DA BASE EXPORTADORA

Predomina a produção de *commodities* no Paraná, principalmente na Região Oeste. Na pauta de exportações desta última, em 2016, os principais produtos exportados foram carne de aves, carne em conservas, carne suína, soja (em grãos), farelo de soja e óleo de soja. Nota-se um predominante domínio de produtos de baixo valor agregado.

Gala (2017, p. 35), alerta para os perigos de se especializar em atividades que promovam pouca divisão de trabalho, ou possuam pouco valor agregado. Adam Smith apontava que a divisão do trabalho era um dos pilares do avanço produtivo, ou, portanto, dos ganhos de produtividade. Diferentes atividades têm diferentes capacidades de gerar divisão do trabalho, algumas são mais propícias a isso outras menos. Serviços não sofisticados, agricultura e recursos naturais tendem a promover menos divisão do trabalho, enquanto manufaturados e produtos mais complexos, especialmente aqueles produzidos em grandes redes apresentam maior potencial de promoção de especialização produtiva dentro das empresas e entre as empresas, gerando maiores oportunidades de ganhos de produtividade.

Segundo Gala (2017, p. 36), a agricultura nem sempre desenvolve elos produtivos nem dentro dela mesma, nem entre outros setores. O agronegócio não é agricultura, é processamento de *commodities* e isso permite uma complexificação parcial da produção. Quando se pretende complexidade econômica ou agregar valor, não basta que uma atividade produtiva seja mecanizável e tenha divisão de trabalho, como é o caso do processamento de *commodities*, ela precisa ter elos, muitos elos, a fim de aumentar o potencial de mecanização e divisão do trabalho. O caminho do desenvolvimento mostra que é preciso produzir algo complexo, que não produtos primários ou processamento de *commodities*.

Há também outro problema: a taxa de câmbio. Definida como o preço relativo entre bens transacionáveis e não transacionáveis, a taxa de câmbio impacta fortemente a dinâmica tecnológica de uma região, pois afeta decisões de investimento, produção e inovações. Sobrevalorizações cambiais são nocivas ao desenvolvimento, pois reduzem substancialmente a lucratividade nos setores de bens comercializáveis manufatureiros complexos. Ao realocarem os recursos para os setores não manufatureiros (*commodities)* e não comercializáveis (imóveis e varejo), as sobrevalorizações afetam toda a dinâmica tecnológica. Subvalorizações não inflacionárias do câmbio real, por outro lado, estimulam a produção e o investimento nos setores manufatureiros, nos quais ocorrem grandes retornos crescentes de escala, diferentemente do setor de commodities onde ocorrem rendimentos decrescentes de escala (GALA, 2017, p. 103).

4.3. CRESCIMENTO DE ALGUMAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO OESTE PARANAENSE

A fim de compreender se a estratégia cooperativa pode ser um instrumento de desenvolvimento socioeconômico na região oeste do Paraná, serão listadas algumas variáveis das principais cooperativas agropecuárias do Oeste Paranaense, dentre eles o faturamento, arrecadação de tributos, número de cooperados e colaboradores.

O crescimento do faturamento sugere ganhos para a cooperativa, retorno para os cooperados e colaboradores e “injeção” de dinheiro na economia, partindo do pressuposto que os cooperados e colaboradores são consumidores em potencial e gastam parte do seu salário localmente, ajudando a desenvolver a economia da Região. Para Martins e Veriano (2004, p. 26), a adoção de um sistema de remuneração flexível pode tornar a empresa mais competitiva, pois consegue maior empenho na busca pela qualidade, produtividade e satisfação dos clientes.

A arrecadação de impostos é importante tanto para a ótica governamental, quanto para a social, visto viabilizarem a oferta de bens e serviços públicos. Por sua vez, o número de postos de trabalhos, reflete, no mínimo, uma contribuição na diminuição do desemprego local, gerando renda e consequentemente gastos no comércio local, dinamizando a economia. Por fim, o número de cooperados reflete a dinâmica que a cooperativa proporciona ao seu entorno, meio social e economia local, bem como a crença das pessoas de que a atividade coletiva pode oferecer elementos que nao teriam agindo individualmente.

Fundada em agosto de 1970, a Cooperativa Copagril tem representatividade estadual e nacional principalmente no ramo agropecuário, tendo apresentado evolução do faturamento de R$1,02 para R$1,51 bilhão de reais no período de 2013 a 2017 (aumento de 47,9%). Em relação à arecadação de impostos proporcionada, evoluiu de 2012 a 2016 de R$ 31,2 para R$ 50,7 milhões de reais, crescimento de 62,3%. Quanto ao quadro de funcionários, cresceu de 2642 para 3172 colaboradores no mesmo período, isto é, 20% de expansao no quadro. Por último, o quadro social evoluiu de 4514 para 5200 de 2013 a 2017. (COPAGRIL, 2018).

# Com respeito à Cooperativa Lar, fundada em 19 de março de 1964, obteve evolução do faturamento de R$3,01 para R$5,01 bilhões de reais no período de 2014 a 2017 (aumento de 64,4%). Sua arecadação de tributos evoluiu de 2013 a 2016 de R$ 171,6 para R$ 255,8 milhões de reais, crescimento de 49%. No tocante ao quadro de funcionários, evoluiu de 6461 para 8758 funcionários no mesmo período de 2013 a 2016, qual seja, 35,5% de expansao no quadro. Por fim, o quadro social da cooperativa Lar creceu de 8641 em 2011 para 10261 associados em 2016. (LAR, 2013; LAR, 2016).

Finalmente, a Cooperativa Coopavel, fundada em 1970, iniciou no ramo de grãos e expandiu para outras atividades no ramo agropecuário, tornando-se uma das 20 maiores cooperativas do país e internacionalmente conhecida por temas como o Show Rural Coopavel. Com respeito à evolução do faturamento, oscilou de R$1,25 para R$2,12 bilhões de reais no período de 2011 a 2016, crescendo 70,1%. Quanto ao quadro de funcionários, cresceu de 4607 para 5426 colaboradores no mesmo período, isto é, 17% de expansao no quadro. Em relação à arecadação tributária evoluiu de 2012 a 2016 de R$ 1,6 para 1,8 bilhão de reais. Por último, o quadro social evoluiu de 3427 para 4751 associados no período de 2011 a 2016, crescimento de 38,6%. (COOPAVEL, 2018).

Normalmente, quando se fala em surgimento de cooperativas, há uma unanimidade com relação ao contexto. Surgiram em momentos de dificuldades tanto de escoação da safra, quando de armazenamento, de melhoramento dos preços conseguidos tanto na compra de insumos quando na venda dos produtos ao destino. E fica evidente a importância do conhecimento como fator preponderante. Nos exemplos citados houveram estímulos direcionados a capacitação dos funcionários, de filhos de funcionários, de associados, visando à perpetuação da estratégia cooperativa, o aprimoramento dos princípios cooperativos e o desenvolvimento local sustentável. Houve também importante participação da governança, dando diretrizes às ações desempenhadas pelas cooperativas.

Exemplos desse modelo não faltam para motivar os agentes locais. No Paraná existem 220 cooperativas. Essas instituições faturaram em 2015, 60,33 bilhões de reais, representando 16% do PIB total paranaense naquele ano. Destas 220 cooperativas existentes, 69 pertencem ao ramo do agronegócio, representando 57,8% da economia agropecuária paranaense (OESTE EM DESENVOLVIMENTO, 2018, p. 6).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Anteriormente a Segunda Guerra Mundial o conceito da economia regional era fundamentalmente associado a fatores tangíveis. Principalmente após esse acontecimento, dadas às dificuldades que estudiosos da área encontraram para decifrar o motivo das desigualdades geradas no processo de desenvolvimento em diferentes regiões, foram incorporados ao estudo da economia regional e do desenvolvimento territorial, fatores intangíveis: capital humano, especificidades regionais, pesquisa e desenvolvimento, dentre outros, passaram a fazer partes dos estudos e projetos desenvolvidos na área.

Vários programas nesse sentido foram iniciando e vem ganhando forças tanto no estado do Paraná quanto na Região Oeste Paranaense. O Oeste em Desenvolvimento é um desses programas. Visa principalmente o enfrentamento dos gargalos existentes nas cadeias propulsivas bem como a inclusão de novos agentes nesse processo, além da tentativa de alavancar a competitividade e rentabilidade da Região. Tudo isso através do reconhecimento e exploração das atividades propulsivas em maior potencial existentes na área.

O Oeste Paranaense detém a produção de várias atividades propulsivas como a pecuária, produção de grãos e processamento de *commodities* por exemplo. Já conta com um competitivo complexo no agronegócio articulado aos eixos dinâmicos do Brasil e exterior, fazendo uso do agronegócio cooperativo como base para a expansão da Região. Contudo, boa parte da produção da região ainda é exportada *in natura,* fazendo com que haja “desperdício” de potencial, dado que poderia ser agregado mais valor e, por conseguinte, gerar mais recursos que poderiam impulsionar sinergias visando dinamizar o território de maneira ótima.

Nesse sentido pode ser inserida a participação dos agentes locais, que poderiam articular grupos que gerassem investimentos de forma associativa, fazendo uso de uma estratégia já “startada” na Região, a estratégia cooperativista. Entretanto esse anseio esbarra na falta de conhecimento dos agentes nativos sobre sua real capacidade de transformar o território, bem como na deficiência de investimentos pontuais oriundos do Estado, visando o engajamento dos agentes locais (capacitação pessoal e difusão da iniciativa cooperativista), como dar apoio via subsídios (juros baixos para financiamentos), para que a iniciativa possa ser mais frequente.

Ao encontro desse propósito grande parte das cooperativas da Região investem no campo social e ambiental, com o objetivo de qualificar agentes ligados ao processo de produção das mesmas, caracterizando uma via de mão dupla, onde cooperativas disponibilizam empregos e capacitação pessoal e moral e recebem mão de obra especializada e com aspirações, ajudando na disseminação dessa iniciativa que já vem desde 1970 se destacando no Oeste Paranaense.

Todavia, algumas lacunas ainda devem ser preenchidas em estudos futuros. Poderia ser mensurado, através de uma matriz de insumo produto, o impacto que essas cooperativas exercem na Região através de geração de empregos, políticas sociais e ambientais e encargos gerados. Poderiam ser realizados estudos relacionados ao grau de participação dos agentes locais na criação de novas estratégias visando desenvolvimento pessoal e local.

## REFERÊNCIAS

ABREU, B, S; NETO, G, M, B; ARAÚJO, P, S; BEZERRA, P, T, C, da; NETO, S, F. Cooperativismo como alternativa para o desenvolvimento Regional – o exemplo da Coapecal. **Revista de geografia,** Recife, v. 25, n. 3, p. 72-84, set/dez. 2008. Disponível em: <https:// periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/ 228736>. Acesso em 12 jun. 2018.

ALVES, G, B. **Sociedades Cooperativas e Sociedades mercantis.** Fev. 2011 Disponível em: <http://www.danilomeneses.com.br/arquivos/resumos/Sociedades%20Cooperativas%20VS %20Sociedades%20Mercantis.pdf>. Acesso em: 4 set. 2018.

ALVES, L, R. **Reestruturação produtiva e desenvolvimento local:** o caso do Município de Toledo, Estado do Paraná, Brasil. 2016. 31 f. tese (Doutorado em Geografia, especialidade em Planejamento Urbano e Regional). Universidade de Lisboa, Instituto de Geografia e Ordenamento do Território, 2016. Disponível em: <http://www.luciralves.com/ publicacoes/monografia-disserta%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 28 set. 2018.

BARQUERO, M. **Capital social y cultura política em Brasil:** possibilidades y limites. América Latina Hoy. Editora Universidad de Salamanca, 33, p.157-177, 2001.

BOISIER, S. **El difícil arte de hacer region:** Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.

COOP. Aliança Cooperativa Internacional. **Portal do cooperativismo financeiro,** 2018. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-> cooperativismo/aci-alianca-cooperativa-internacional/>. Acesso em 7 nov. 2018.

COPAGRIL. Responsabilidade Socioambiental. **Cooperativa Agroindustrial Copagril**, 2018. Disponível em: <https:/[/www.co](http://www.copagril.com.br/a-)p[agril.com.br/a-](http://www.copagril.com.br/a-)copagril/responsabilidade-socioambiental>. Acesso em: 3 nov. 2018.

COPAGRIL. Relatório Anual 2016. **Cooperativa Agroindustrial Copagril**, 2016. Disponível em: <http://www.copagril.com.br/extranet/uploads/Revista/relatorio\_ anual\_2016\_1486146046692.pdf>. Acesso em 4 nov. 2018.

COOPAVEL. Relatório Anual 2016. **Coopavel Cooperativa Agroindustrial,** 2016. Disponível em: <http://www.coopavel.com.br/wp- content/uploads/2017/02/Relato%CC% 81rio2016Coopavel\_Digital.pdf>. Acesso em: 9 set. 2018.

COOPAVEL. O início da nossa história. **Coopavel,** 2018. Disponível em: <http://www.coopavel.com.br/a-coopavel/>. Acesso em: 23 set. 2018.

COOPERATIVISMO NO BRASIL. **Ministério da agricultura, pecuária e abastecimento,** fev. 2017. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo- associativismo/cooperativismo-brasil>. Acesso em: 07 jun. 2018.

CRUZ, B, O de; FURTADO, B, A; MONASTEIRO, L; JÚNIOR, W, R. Teorias e métodos com ênfase no Brasil. **Economia regional e urbana,** Brasília, 2011. p. 406. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3008/1/ Livro\_Economia %20regional%20e%20urbana\_teorias%20e%20m%C3%A9todos%20com%20%C3%AAnfase%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em: 03 maio. 2018.

AMARAL FILHO, F, A do. A endogeneização no desenvolvimento econômico regional e local. **Ipea.** n. 23, p. 262-286 jun. 2001. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/ article/view/78/89>. Acesso em: 7 jun. 2018.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. **Territorios con identidad cultural,** mar. 2006. Disponível em <https://static.fecam.net.br/uploads/28/arquivos/4069\_FLORES\_M\_ Identidade\_Terr itorial\_como\_Base\_as\_Estrategias\_Desenvolvimento.pdf>. Acesso em: 2 nov. 2018.

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/ 963/Associativismo,%20cooperativismo%20e%20economia%20solidária.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 maio. 2018.

FUKUYAMA, F. **what is social capital.** Disponível em: <http://www.imf.org/external/ pubs/ft/seminar/1999/reforms/fukuyama.htm#I>. Acesso em 28 set. 2011.

GALA, P. **Complexidade Econômica:** Uma nova perspectiva para entender a antiga questão da riqueza das nações. Rio de janeiro: contraponto, 2017.

GIL, A, C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em: <https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod\_resource/content/1/como\_elaborar\_projeto\_de\_pesquisa\_-\_antonio\_carlos\_gil.pdf >. Acesso em: 23 jun. 2018.

GOTARDO, M, D. **Determinantes da localização industrial:** uma análise para as mesorregiões brasileiras. 2016. 85 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação em Economia - Nível Mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* Toledo, 2016.

HADDAD, P, R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. **Revista de Economia,** v.35, n.3, p. 119-146, set./dez. 2009.

ITAIPU. Cooperativas agropecuárias do Oeste crescem 19,5% em 2015. **Itaipu binacional,** mar. 2016. Disponível em: <https:/[/www.ita](http://www.itaipu.gov.br/sala-de-)ipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/cooperativas-agropecuarias-do-oeste-crescem-195-em-2015>. Acesso em: 18 jun. 2018.

LAR. Relatório e Balanço 2016. **Lar Cooperativa Agroindustrial,** 2016. Disponível em: <http://www.lar.ind.br/v4/online/balanco/2016/relatorio.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.

LAR. Institucional. **Lar Cooperativa Agroindustrial,** 2013. Disponível em: <<http://www.lar.ind.br/v4/institucional/index.php>>. Acesso em: 4 nov. 2018.

LIBERATO, R de, C. Revisando os modelos e as teorias de análise regional. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v.18, n.29, p. 127-136, 2° sem. 2008.

MARTINS, S, S.; VERIANO, C, E. A remuneração flexível como componente da gestão de salários. **RAE,** Edição Especial Minas Gerais, v. 44, p. 22-33.

MORENO, G, M, B. Produtos com certificação de origem: agregação de valor. **MilkPoint,** 19 maio. 2008. Disponível em: <https:/[/www](http://www.milkpoint.com.br/artigos/producao/produtos-com-certificacao-de-).milkpoint.com.br/artigos/ producao/produtos-com-certificacao-de-origem-agregacao-de-valor-45097n.aspx>. Acesso em: 29 set. 2018.

OESTE EM DESENVOLVIMENTO. **Observatório territorial.** Foz do Iguaçu: Parque Itaipu, 2018. Disponível em: <http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/ src/pagina\_arquivo/14.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

OESTE EM DESENVOLVIMENTO. Códigos de boas práticas da governança. **Oeste em desenvolvimento,** set. 2014. Disponível em: <http://www.oesteemdesenvolvimento.com.br/ institucional/gestao/codigo-de-boas- praticas-da-governanca>. Acesso em: 4 set. 2018.

PIACENTI, C, A. **O potencial de desenvolvimento endógeno dos municípios paranaenses.** Curitiba: Camões, 2012.

PINHO, D, B. **Concentração de Cooperativas:** Das fusões e incorporações ao controle acionário. Assocep, 1976.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas. **Revista Brasileira de Economia,** v.3, n.3, p. 48-111, 1949. Disponível em[: <ht](http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443)tp://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbe/article/view/2443>. Acesso em: 16 jun. 2018.

PRODANOV, C, C; FREITAS, E, C. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**.** Novo Hamburgo: Feevale**,** 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E- book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2018.

SALES, J, E. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista brasileira de gestão e engenharia.** n. 1, p. 23-34, 2010. Disponível em: <http://periodicos.cesg.edu.br/ index.php/gestaoeengenharia/article/viewFile/30/23>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SEBRAE. Cooperativa: o que é, para que serve, como funciona. **SEBRAE,** NOV. 2017. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/cooperativa-o-que-e-para-que- serve-como-funciona,7e519bda15617410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em: 14 jun. 2018.

OLIVEIRA, G, B de; LIMA, J, E, S de. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE,** Curitiba, v.6, n.2, p. 29-37, maio./dez. 2003.

OCB, S. História do Cooperativismo. **Sistema OCB,** 2018. Disponível em: **<**http://www.ocb.org.br/historia-do-cooperativismo>. Acesso em: 22 maio 2018.

OCEPAR. Somos o cooperativismo no Paraná. **Sistema Ocepar,** Curitiba, 2018. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema- ocepar/2011-12-05-11-29-42/2011-12-05-11-42-54>. Acesso em: 1 nov. 2018.

OCEPAR. Agroexportações: agronegócio e cooperativismo. **Sistema Ocepar,** Curitiba, 2016. Disponível em: <<http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/tecnica-e-> economica/informe-agroexportacoes/111439-agroexportacoes-de-janeiro-a-dezembro-de-2016>. Acesso em: 29 set. 2018.

SEBRAE. **Série empreendimentos coletivos**: cooperativa. Sebrae/nacional, 2009.

SCHULTZ, T, W. **O valor econômico da educação.** Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1967.

SCHULTZ, T, W. **Investindo no povo:** O segredo econômico da qualidade da população. Tradução de Elcio Gomes de Cerqueira, Rio de Janeiro, RJ: Forence Universitária, 1987.